

ALFREDO WAGNER BERNO DE ALMEIDA
ROSA ELIZABETH ACEVEDO MARIN
ERIKI ALEIXO DE MELO

PANDEMIA E TERRITÓRIO

2020

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti – Universidade Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acserald – IPPUR –UFRJ, Brasil

Charles Hale – University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira – PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes – PPGA-MNU/UFRJ, Brasil

Aurélio Vianna – Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Brasil

Sérgio Costa – LAI FU, Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida – UEMA/UEA, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Pizarro – Professora do Doutorado em Estudos Americanos Instituto de
Estudios Avanzados – Universidad de Santiago de Chile

Claudia Patricia Puerta Silva – Professora Associada – Departamento de
Antropologia – Facultad de Ciências Sociales y Humanas – Universidad de
Antioquia

Zulay Poggi – Professora do Centro de Estudios de Desarrollo – CENDES–
Universidad Central de Venezuela

Maria Backhouse – Professora de Sociologia – Institut für Soziologie –
FriedrichSchiller-Universitätjena

Jesús Alfonso Flórez López – Universidad Autónoma de Occidente de Cali -
Colombia

Roberto Malighetti – Professor de Antropologia Cultural – Departamento
de Ciências Humanas e Educação “R. Massa” – Università degli Studi de
Milano-
Bicocca

Copyright© Autores

Equipe de organização e edição:

Alfredo Wagner Berno de Almeida

Rosa Elizabeth Acevedo Marin

Eriki Aleixo de Melo

Capa: Phillipe Teixeira

Diagramação: Phillipe Teixeira

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

Ficha catalográfica:

P189 Pandemia e Território / Organizado por Alfredo Wagner Berno de Almeida. Rosa Elizabeth Acevedo Marin. Eriki Aleixo de Melo. – São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.
1226 p.:il.

ISBN Impresso: 978-65-00-05792-8

ISBN E-book: 978-65-00-05793-5

1. Pandemia. 2. Território. 3. Povos e comunidades tradicionais. I. Almeida, Alfredo Wagner Berno de. II. Marin, Rosa Elizabeth Acevedo. III. Melo, Eriki Aleixo de. IV. Título.

CDU 316 + 614.4

Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia –
Universidade Estadual do Maranhão (PPGCSPA/UEMA)

Cidade Universitária Paulo VI – Caixa Postal 09 – São Luís/MA. Fone (98)
3245-5461 Fax (98) 3245-5882

ASPECTOS DA “INVISIBILIDADE” NO DISCURSO DOS INDÍGENAS EM MANAUS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO EM TEMPO DE PANDEMIA

Glademir Sales dos Santos²⁸⁹

Neste período de isolamento social e de orientações de cuidado contra a expansão do novo Coronavírus no Estado do Amazonas, tenho dado atenção, nos meses de abril e maio, aos depoimentos e registros discursivos das lideranças indígenas, em que manifestam extrema preocupação com o número crescente de indígenas infeccionados, levando a óbito várias lideranças. Ao mesmo tempo, a situação do avanço do vírus nos demais municípios do Amazonas, também, tem ceifado vidas indígenas, impondo um tempo de luto, medo e tristeza aos povos, tirando-lhes parte de sua memória, trajetórias e história de vida. A partir desta selecionei informações, que sistematizadas formam uma leitura reflexiva. Esta abordagem sobre a pandemia e a situação dos indígenas em Manaus, parte das falas de indígenas que representam comunidades e associações em que estão inseridos.

Tomei como suporte de análise informações que me foram encaminhadas por meio de aplicativos e de redes sociais. Adicionados a estas informações, estão aquelas que me chegaram por meio de conversas em canais remotos. A forma coloquial e familiar de conversar com lideranças indígenas é resultado de relações solidificadas ao longo destes vinte anos de pesquisa sobre indígenas na cidade. Destaquei, sistematicamente, algumas destas informações, num quadro denominado de atos de fala, a partir dos quais caracterizo um estado de luta pelo reconhecimento, que abaixo apresentarei.

289. Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Brasília (UCB), com habilitação em sociologia, História e filosofia; Especialista em Antropologia na Amazônia (UFAM) e em Filosofia e Existência (UCB); Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM) e Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (UFAM).

Quadro 01: Composição de discurso a partir das falas de representantes indígenas de Manaus

Atos de fala (Af.) ²⁹⁰ - conjunto de ilocuções em situação de não reconhecimento dos indígenas na cidade	
Af.1	“[...] a Pandemia trouxe um lado muito cruel, esta situação de <u>invisibilidade</u> que o sistema obriga os povos indígenas a viverem” (Representante 1 06/04/2020) ²⁹¹ .
Af.2	“O mês de abril traz o aspecto cruel porque as <u>lideranças estão morrendo</u> pelo covid-19, que entram na <u>estatística como não indígena</u> ; é uma negação da identificação étnica do indígena, traz sequelas que a doença traz e deixa na memória de todos os povos” (Representante 1 , 06/04/2020).
Af.3	“[...] não é à toa que uma pandemia está ceifando vidas aqui em Manaus, especificamente <u>pessoas de moradia precária e situadas em lugares sem saneamento básico</u> ” (Representante 1, 06/04/2020).
Af.4	“Muitas epidemias ainda virão por conta do <u>descaso com a natureza</u> , com a qual os povos estão ligados. Ela tem um fator determinante na nossa vida, na qualidade de vida. Manaus produz toneladas de lixo, cercada de rios poluídos, igarapés que passaram a não existirem mais” (Representante 1, 06/04/2020).
Af.5	“Vale ressaltar que, nós indígenas que vivemos em contexto urbano não contamos com o auxílio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), <u>dificultando nosso acesso à saúde de qualidade</u> ” (Representante 2, 24/04/2020) ²⁹²
Af.6	“Neste momento, a prioridade é <u>trazer medicamento para a comunidade</u> ; colocar álcool em gel nas suas casas e por máscaras; isto nós não temos aqui” (Representante 2, 03/04/2020) ²⁹³
Af.7	“A situação está se alastrando mais. A situação está complicada por <u>falta de um plano emergencial</u> . Não pode ficar assim. <u>Não dá para ir para o hospital</u> . Tem também <u>a fome</u> . Infelizmente estamos perdendo muitos parentes. E pode piorar. Não dá para trabalhar em cima dos problemas. Só tomar medidas depois que acontece a morte. A gente sabia que nossa população iria sofrer muito” (Representante 2) ²⁹⁴
Af.8	“Estamos <u>à mercê do esquecimento</u> . A gente <u>depende de nosso artesanato para viver</u> . O remédio que estamos consumindo é caseiro. E assim a gente vai. Recebemos algumas cestas básicas, que duram alguns dias. Agora que estou tomando remédio científico, porque doaram. Mas não tenho dinheiro para comprar nada. Não estávamos preparados para isso [a pandemia da Covid-19]” (Representante 3, cacique da comunidade Tikuna).

Af.9	“Nós indígenas, professores, somos usados como uma marca de divulgação, de comercial da cultura indígena, do nosso conhecimento tradicional. Mas não tem essa preocupação de <u>atender nossas especificidades na questão de saúde</u> . O governo não vê isso como uma <u>necessidade a atenção à saúde indígena</u> . A política pública voltada para atendimento à saúde indígena é <u>omissa nos governos federal, estadual e municipal</u> ” (Representante 4, 04/05/2020) ²⁹⁵
Af.10	“A Sesai não estudou um mecanismo, uma estratégia de atendimento e de cuidado com a população indígena, tirou os profissionais e deixou os indígenas à mercê do tempo para morrerem. <u>Não temos, atendimento específico, estrutura, ne hospital de campanha para atender a população indígena</u> ” (Representante 4, 04/05/2020) ²⁹⁶
Af.11	“Desde a semana passada, passamos doentes, são duas semanas. A situação está muito difícil porque <u>não foi feito teste</u> , só sabemos que essa doença invadiu nossa aldeia com estes sintomas” (Representante 5, 8/05/2020) ²⁹⁷
Af.12	“Aqui no polo base está sem condições de assistência e de atender os pacientes por <u>falta de material, de equipamento, e nos faz sentirmos abandonados</u> pela própria saúde indígena” (Representante 5, 8/05/2020) ²⁹⁸
Af.13	“Os <u>técnicos indígenas de enfermagem</u> ficaram doentes, <u>e fazem o possível com o mínimo de remédio e equipamentos</u> que ainda existem no polo” (Representante 6, 09/05/2020).
Af.14	“Outra situação é o <u>quadro psicológico que se agrava</u> , pois há muitas crianças, jovens e adultos vulneráveis, <u>pois não tem como saber a real situação por falta de teste</u> ” (Representante 6, 09/05/2020) ²⁹⁹ .
Af.15	“Até o momento, <u>não chegou uma ação específica do Distrito Sanitário Indígena (DSEI-Manaus) ou de outros setores responsáveis</u> . Descaso ou ausência dos programas e das políticas de saúde indígena podem custar vidas” (Representante 6, 09/05/2020).
Af.16	“O Estado do Amazonas, o sistema de saúde encontra-se sobrecarregado e sem os equipamentos necessários para socorrer os parentes que moram em aldeias e comunidade. A Covid-19, falando em etnia kokama, recentemente, já matou 11 parentes Kokama, parentes esses que moram em comunidades, <u>como não dizer que foi omissão</u> , nós líderes estamos fazendo a nossa parte, <u>esperamos que nossos governantes façam as partes deles</u> ” (Representante 7, 05 de maio de 2020) ³⁰⁰ .

Af.17	“O exame deu positivo no papai e no meu irmão, e, logo, decidiram ir para o hospital onde permanece internado. Não podemos vê-los, somente recebemos informações com o boletim do médico do hospital Delphina Aziz. Não havia identificação como indígenas no hospital dos dois pacientes” (Representante 8, 12/05/2020)
-------	--

Fonte: SANTOS, G. S. Material de pesquisa. Manaus: 22 de maio de 2020.

Utilizo um breve aposto teórico, proveniente do sistema de pensamento de Austin³⁰¹, para esclarecer o uso da categoria ato de fala, com o sentido de ato ilocucionário, que apresenta um conteúdo proposicional e que revela, no discurso indígena, a situação específica dos indígenas na cidade em tempo

290. Utilizo a sigla (Af) para melhor situar as informações registradas no Quadro 1, quando forem referidas. Ademais, utilizo a palavra “Representante”, substituindo os nomes próprios dos portadores das informações, uma decisão para não os expor neste artigo.

291. Cf. Representante da Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e no Entorno-Copime, exposição da situação dos indígenas em Manaus, por meio remoto: Grupo de Trabalho Indígena na cidade. Manaus: 06 de abril de 2020, às 18 horas. Em Manaus, a Copime se torna a instância mais ativa e articulada de coesão de forças, construída a partir de um espaço de estudos, reflexão e formação de lideranças, com sua pauta atualizada.

292. Representante da Associação Comunidade Wotchimaücü-ACW. Informações contida no site: <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/apoie-a-comunidade-indigena-wotchimaucu-de-manaus-acw>.

293. Para contextualizar a ACW, vide: PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Wotchimaücü: indígenas Tikuna na cidade de Manaus. Manaus: UEA, 2010. (Coleção Movimentos sociais e conflitos nas cidades da Amazônia, n. 28)

294. Representante da ACW. In: AGÊNCIA AMAZÔNIA REAL. Professor Tikuna, que morreu por suspeita de Covid-19, é enterrado em vala em Manaus. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/professor-tikuna-que-morreu-por-suspeita-de-covid-19-e-enterrado-em-vala-coletiva-em-manaus/>. Acesso em: 30 de abril de 2020.

295. Representante da Associação indígena do povo Karapãna-Assika. Entrevista: 04 de maio de 2020.

296. Para melhor situar o contexto das famílias Karapãna, vide: PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Associação Indígenas Karapãna-Assika: rio Cuieiras, Baixo Rio Negro. Manaus: UEA, 2012. (Coleção Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos, n. 38.)

297. Representante da Aldeia Três Unidos. Depoimento recebido no dia 08 de maio de 2020, por meio do aplicativo WhatsApp.

298. Para compreender o contexto das aldeias do Ri Cuieiras, vide: PROJETO NOVA CARTOGRAFIA SOCIAL DA AMAZÔNIA. Indígenas na luta contra a devastação em seus territórios: aldeias São Thomé, Três Unidos, Nova Esperança, Kuanã, Terra Preta, Barreirinha e Boa Esperança. Manaus: UEA, 2014. (Coleção Mapeamento social como instrumento de Gestão territorial contra o desmatamento e devastação, processo de capacitação de povos e comunidades tradicionais, n. 21)

299. Representante Kambeba da Aldeia Três Unidos. Depoimento recebido no dia 09 de maio de 2020, por aplicativo WhatsApp.

300. Representante da Associação dos Índios Kokama de Manaus-AKIM. Nota de utilidade pública, enviada por aplicativo WhatsApp, no dia 05 de maio de 2020.

301. AUSTIN, John Langshaw. Quando dizer é fazer: palavras e ação. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

de pandemia. Os atos de fala se desprendem de uma análise das estruturas linguísticas, que demanda a teoria da linguagem, levando-me a considerá-los somente sob a condição do seu conteúdo expresso a partir da realidade em que os representantes estão inseridos.

As informações, oriundas dos atos de fala, se referem à realidade observada empiricamente e às suas localidades específicas. Por isso, o passo seguinte desta análise, teoricamente, consistiu em considerar os atos de fala como *parresia*, isto é, o ato de falar como “dizer francamente”, outro termo analisado por Foucault (2010, p. 144-158)³⁰². Neste sentido, as falas são situadas, semelhante à fala pronunciada por uma prisioneira, cujo dístico foi utilizado por Foucault – “quando se pensa que eu tenho 40 anos, e que um dia na prisão me puniram me fazendo passar a pão seco” (FOUCAULT, 2006, p. 41)³⁰³, à qual o dizer se refere revelando a própria situação interpelativa. Os atos de fala assumem, no contexto de reflexão dos agentes sociais, a forma de uma relação entre realidade e atividade reflexiva numa condição atualizada.

As ilocuições contidas, no Quadro 1, apresentam os indígenas, sujeitos dispostos para o reconhecimento, sendo ele mesmo a manifestação do objeto (no sentido daquele que lança o problema à frente), como dimensão da sensibilidade, descrita no conteúdo de cada representante. Assim, o contexto das falas é de dor e de sofrimento pelas mortes indígenas e pelos que estão com os sintomas da Covid-19 (Cf. Quadro 1, Af.2, Af.6), perplexidade (Cf. Quadro 1, Af.13), abandono (Cf. Quadro 1, Af.11), esquecimento (Cf. Quadro 1, Af.7) por não ter atendimento específico (Cf. Quadro 1, Af.9, Af.13). Diante deste contexto, o discurso revela a corporeidade do sujeito e seu contexto de relação como o lugar da fala. Primeiro, no ato de dizer, no caso as falas proferidas pelos representantes indígenas, está o conteúdo factual, seguido de sentido proposicional, dentro de um contexto que expressa “dificuldade de acesso à saúde de qualidade” (Representante 2, Af.5).

302. FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber: organização e seleção de textos*. Tradução de Manoel Bastos da Mota. 2. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. (Ditos e Escritos IV)

303. _____. *O governo de si e dos outros: curso do Collège de France (1982-1983)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: 2010

Ao fixar o Estado na condição de destinatário do conteúdo (Cf. Af.5-Af.17), a realidade descrita, sento um conteúdo factual, se manifesta na forma de denúncia e se reveste na forma de propostas. O conteúdo é factual e proposicional nas condições em que a pandemia provocou nas organizações indígenas. Consequentemente, do Estado, exige-lhe entendimento e sensibilidade, efetivada na prática emergencial de atenção aos cuidados com a saúde indígena, aspecto proposicional, indicado, sobretudo na fala do Representante 6 (Quadro 1, Cf. Af.14) identificado nos enunciados dos atos de fala dos demais representantes indígenas.

No âmbito da sensibilidade, a negação se revela implicitamente na proposta de “imprimir respeito” na relação com o meio ambiente, quando, no contexto da fala da Representante 1, que antecipa a afirmação contida do Quadro 1 (Cf. Af.1), ela se refere à forma propositiva do ser humano lidar com a terra, a partir do princípio sagrado, tal qual ela identifica nos povos indígenas, ao salientar que “não tem como ver a terra diferente, é um território sagrado, uma forma de os povos indígenas veem, no Estado do Amazonas, pois há explicações de que os povos nascem desses elementos interligados: terra, planta, lagos, cachoeiras, animais”.

Ao desencantar esses elementos, por meio do uso irracional, as consequências passam a integrar um processo de destruição e, sequencialmente, desumanização tanto destes elementos quanto do próprio ser humano. A pandemia, nesta lógica de explicação dos enunciados da Representante 1 (Cf. Af.1, Af.2 e Af.3 do Quadro 1), traz à claridade do cotidiano o fato de que ela ceifa mais as pessoas que vivem em “moradias precárias” e situadas em lugares “sem saneamento básico”, sendo uma configuração a partir, sobretudo, da implantação do modelo de Zona Franca de Manaus. A pandemia revela a fisionomia do descaso com o meio ambiente, pois, nas palavras da Representante 1, “a natureza é fator determinante para a qualidade de vida”.

Estas informações constituem um único discurso de caráter étnico com respeito à real situação empírica dos indígenas na cidade em tempo de pandemia. Apresentam percepções sobre o cuidado com a saúde indígena na área metropolitana, sob a condição emergencial de um discurso que traz as características denunciatórias, por um lado, e, por outro, desperta ações de solidariedade pertinentes a situações emergenciais pela “falta de medicamentos”, “assistência médica”, “instrumentos de prevenção” contra a pandemia (Cf. Quadro 1), e pelos efeitos provocados pelo isolamento social, desemprego, falta de alimentos básicos, baixa produtividade e venda de artesanato e fechamento das atividades de turismo, sobretudo nas aldeias do Rio Cuieiras.

Tal situação, também, vai ser apontada nas especificidades das aldeias Yupirunga, Santa Maria e Kuanã, que são representadas pela Associação Indígena do Povo Karapãna, bem como nas posteriores situações ligadas aos sintomas do Covid-19, relatado nos depoimentos de lideranças, representantes de associações e aldeias na área metropolitana. Situações específicas mostram, mesmo implicitamente, trajetórias que esbarram na estrutura econômica vigente na cidade, sobretudo com respeito à estrutura de posse da propriedade.

Tomando a área do Tarumã, na zona oeste de Manaus, em todas as situações de ocupação de estrutura física para moradia de centenas de famílias indígenas, houve a força da violência conduzida pelos atos do Estado. Na simultaneidade desse permanente *status* de exclusão de direito de moradia, estas especificidades ainda têm que conviver com as fragilidades do sistema de saúde pública, apontadas nos relatos. A palavra franca de uma das lideranças do povo Karapãna mostra a preocupação com seu irmão e seu pai “hospitalizados” com os sintomas da covid-19, manifestando a realidade de baixa satisfação com o atendimento por parte da assistência à saúde indígena.

Aldeia Yupirungá e Santa Maria Karapãna. Desde que começou o isolamento social, nós indígenas Karapãna só tivemos atendimento por telefone, pois foi retirada a equipe de saúde do DSEI-Manaus da área do Tarumã Açú. As informações repassadas pela técnica de enfermagem e pela enfermeira foram por telefone. A enfermeira se infectou com covid-19, pois de todo o material de prevenção só tinham luva e máscara que o ministério da Saúde disponibilizou. O Cacique [seu pai] estava sendo tratado em casa, na Aldeia Santa Maria, e, somente quando se agravou o seu estado de saúde, veio a técnica de enfermagem e entrou em contato por telefone com o médico para remoção o meu pai. Ele resistiu à internação no hospital por medo e, tradição do povo indígena, por preferir permanecer na aldeia até os seus últimos dias junto ao seu povo. Somente no dia 8 (oito) de maio, com a chegada da equipe de saúde DSEI, foi feito o exame em um membro de cada família. O exame deu positivo no papai e no meu irmão, e, logo, decidiram ir para o hospital onde permanece internado. Não podemos vê-los, somente recebemos informações com o boletim do médico do hospital Delphina. Não havia identificação como indígenas no hospital dos dois pacientes. As três famílias Karapãna estão com covid-19, que permanecem na aldeia. A equipe passou medicamentos, mas já acabou. Não foi feito o trabalho de prevenção pela equipe de saúde antes do susto. Pela mídia é que nos informamos sobre covid-19. A equipe de saúde do DSEI-Manaus quer culpar as lideranças pela proliferação na aldeia, mas sabemos que não foi nós que criamos esse vírus genocida. Esperamos que encontrem a vacina para o covid-19. (Representante 8, informação colhida em 12 de maio de 2020)

O cacique do povo Karapãna, mora na aldeia Kuanã, na comunidade Canaã, no Rio Cuieiras³⁰⁴. Três de suas filhas formaram mais duas aldeias, Yupirungá e Santa Maria, um dos filhos, o Representante 4 (vide **Quadro 1**), ajudou a construir a aldeia Parque das tribos. As mulheres e os homens

304. Vide: SANTOS, G. S.; RUBIM, Altaci Correa. Processo de territorialização no Rio Cuieiras. In: ALMEIDA, Alfredo W. Berno de; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. (Orgs). Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro. Manaus: UEA, 2010, p. 351-374.

Karapãna contraíram os sintomas da doença mencionada, situação esta que os fizeram se manifestar sobre a atual situação da DSEI-Manaus. Lutando para restabelecer a saúde, o Cacique do povo Karapãna foi internado no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Teve melhoras e, depois de vários dias, os profissionais da saúde o levaram para a Casa de Saúde Indígena-Casai-Manaus, acompanhado pelo DSEI-Manaus. Conforme a Represente 8, o desejo de seu pai é voltar para a aldeia Santa Maria, para ser acompanhado pelas filhas, num processo burocrático que exigiu o acompanhamento do MPF. No mesmo hospital, onde estava internado seu pai, estava seu irmão, o mais velho dos seus filhos, cuja vida foi ceifada pelo covid-19. Este povo está enlutado, estado descrito pelo Representante 4:

Irmão sempre lembrarei de você. Pessoa prestativa, um homem sem igual, honesto e familiar. Não era muito de se expressar em público, sem mágoa no coração. Muitas das vezes ingênuo em certas questões política. Foi condecorado como boina verde do 1º BIS do Amazonas. Foi servidor público da Fundação Nacional do Índio-Funai de Manaus. Prestou vários serviços braçais na construção da Escola Municipal Rui Barbosa, da comunidade Nova Canaã do Rio Cuieiras, e na Escola Estadual Samsung do Rio Cuieiras. Pessoa que gostava de praticar esporte, ganhou vários torneios e campeonato nas comunidades ribeirinha! Foi pescador artesanal de peixes ornamental de Manaus! Hoje, meu coração se enche de tristeza! Infelizmente, essa maldita doença, o Covid-19, lhe tirou a vida! Mais um Indígena que se vai, deixa essa terra! Ficaré só lembranças boas de você, meu irmão! Descanse. Descansa em paz na sua vida eterna. Deus cuida de ti, meu irmão. Tua alma descansa, hoje e para sempre.

Seu irmão foi sepultado no Cemitério Municipal Nossa Senhora Aparecida, no bairro Tarumã, junto com outras vítimas em “vala coletiva”. O depoimento estabelece um aspecto consequente do procedimento da

invisibilidade (Cf. Quadro 1, Af.1) dos indígenas na cidade, também, quando se trata do cuidado com a saúde, no fato de que “não havia identificação como indígena no hospital, sem distinção de outros pacientes”, relatado pela Representante 8.

Esta preocupação se tornou pertinente em vários depoimentos de representantes de outros povos³⁰⁵ por todo o Estado do Amazonas, e corrobora para mostrar um processo histórico excludente e, paradoxalmente, homogeneizador, que se atualiza mantendo em estado de “invisibilidade” os indígenas na cidade, como vem sendo observado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ao mostrar um quantitativo que não aparece no registro da Sesai, de acordo com o quadro a seguir.

Quadro 02: Informativo Coiab: Covid-19 e Povos Indígenas na Amazônia brasileira. Dados atualizados até o dia 24 de maio de 2020

Dados	Casos suspeitos	Casos confirmados	Óbitos
Sesai	82	602	31
Coiab	87	129	85
Total	169	731	116

O crescimento destes dados quantitativos, na Amazônia brasileira, são considerados subnotificações, que não constam nos dados da Sesai. De acordo com as informações do boletim da Coiab, do dia 25 de maio, a Covid-19 já atinge 23 povos da Amazônia brasileira: Apurinã, Arapiun, Baniwa, Baré, Borari, Kokama, Galibi (Kalinã), Hixkaryana, Huni Kuin, Karipuna, Mura, Munduruku, Macuxi, Zoró, Palikur, Sateré-Mawé, Tariano, Tembé, Tikuna, Tupinambá, Tukano, Yanomami e Warao. Os falecimentos

305. Vide as reportagens da agência Amazônia Real (no período de 12 de abril a 12 de maio de 2020), nas quais sobressaem as falas de lideranças indígenas, em cujas matérias destacam-se a falta de atenção ao ritual de enterro (matéria editada no dia 13 de abril de 2020), por não haver diálogo entre lideranças e ministérios da saúde, e a forma de sepultamento em “vala coletiva” (matéria publicada no dia 30 de abril de 2020) no Cemitério Nossa Senhora Aparecida, no bairro Tarumã.

foram registrados entre 13 povos: Apurinã, Baré, Baniwa, Borari, Mura, Kokama, Palikur, Sateré Mawé, Tariano, Tikuna, Tukano, Warao, Yanomami e outros mais ainda não identificados pela Sesai³⁰⁶.

Segundo informações da assessoria de comunicação da Coiab, são dados divulgados pelas Sesai, mas que não correspondem aos dados levantados pela Coiab em 25 distritos sanitários especiais indígenas-DSEI's, em boletins informativos e notas de falecimentos emitidos pela Sesai e informações com lideranças, profissionais de saúde indígenas e organizações associadas da Coiab.

Os números da Coiab, ainda que não dê conta da mudança, constantemente em ascensão, com atualização numérica a cada dia, neste período, mostra que a invisibilidade dos indígenas passa pela leitura técnica de setores do Estado, sem a proximidade dialógica entre Estado e lideranças indígenas, um viés primário do processo democrático para se criar políticas públicas consensualmente definidas entre as partes. O gerenciamento dos dados técnicos não sinaliza para considerar aspectos das organizações indígenas, que poderiam melhor desenvolver a forma de elaborar e lidar com políticas públicas voltadas para a saúde indígena.

A inclinação para a culpabilidade de indivíduos merece uma reflexão – tomando o caso do depoimento da Representante 8, do povo Karapãna, ao dizer que a Equipe da DSEI “quer culpar as lideranças pela proliferação [do vírus] na aldeia”. A imediatez das ações não comporta enfrentamento tenso com base de uma razão fora de uma instituição, estando em jogo a solução imediata de atendimento na luta contra a proliferação da Covid-19. No entanto, a preocupação encontra maior razão ao buscar as causas nas fragilidades de gerenciamento da saúde indígena na combinação de uma hierarquia de prioridades econômicas do Estado, nas suas instâncias federal,

306. Informação obtida da Assessoria de Comunicação da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). Covid 19 e Povos Indígenas na Amazônia brasileira. Disponível em: <<https://coiab.org.br/conteudo/1588966725532x359316426458660860>>. Acesso em 8 e 22 de maio de 2020.

estadual e municipal, com a pauta de ações voltadas a um conjunto de direitos fundamentais dos povos indígenas, tanto dos que habitam seus territórios considerados terras indígenas, quanto dos que residem nas cidades.

É recorrente individualizar a culpabilidade a uma ou outra pessoa, que pode fazer parte do mesmo processo, operacionalizando coisas ou administrando ações, dentro de um sistema, reduzindo-as a uma suposição de culpados, abdicando-se de buscar as causas, ou as relações que se manifestam para além das relações internas de um sistema local de saúde, como DSEI-Manaus.

Este é um desafio constante, que, posteriormente a pandemia, merecerá uma atenção e apontará para a necessidade de coesão em torno de análise de conjuntura político-econômica. A construção de análise exige formação, encontros de lideranças, articulações de estudos e parceria com os espaços acadêmicos ou com instituições indigenistas. São articulações que atualizam a consciência histórica dos sujeitos envolvidos, tornando menos complexa a coesão de aliados da luta e a descrição das causas com encaminhamento de pautas coletivas.

Na conjuntura político-econômica, pode-se visualizar um processo de governamentalidade, utilizando termo foucaultiano, e se deparar com “inimigos” dos interesses fundamentais e coletivos. No plano da saúde, é possível que se veja apenas os efeitos, na falta de cuidado com a saúde indígena e com outros direitos fundamentais. A causa, ou as causas, pode estar presente, na maioria das vezes, numa decisão, numa forma administrativa, no gerenciamento das coisas públicas, ou, externamente, na combinação das forças dos poderes econômico e político, operacionalizadas e apoiadas pelos atos do Estado, ora fragilizando, ora fortalecendo o processo democrático, facionando inclusive formas organizativas no conjunto dos movimentos sociais. Esta dinâmica tem levado a sociedade brasileira a se encontrar com uma espécie atualizada do encobrimento da verdade científica, social

e empírica sob a égide do tecnicismo burocrático-empresarial nos setores estatais, que desenvolvem novas formas de antagonismos como mediadoras entre messianismo político e camadas pobres³⁰⁷.

Um aspecto de importância ética merece ser acrescentado. Por um lado, este momento de pandemia é de reflexão, de repensar a nossa forma de organização, de desenvolvimento, o que se pretende para gerações futuras, como tem salientado no contexto da fala da Representante 1 (Cf. Quadro 1, Af. 1-3). De imediato, este tempo de pandemia tem movimentado atos de solidariedade às famílias indígenas, com ajuda financeira e material, ao mesmo tempo, grupos de pesquisadores e de instituições não governamentais se esforçam para desenvolver estes atos.

São atos humanamente necessários, numa perspectiva do que Morin entende por amor, que resiste “a todas as crueldades do mundo”, componente da ética da religação com o outro, com uma comunidade, com a sociedade e religação com a espécie humana³⁰⁸. Um aspecto a salientar, tomando esta postura como referência das nossas ações, consiste no fato que a pandemia traz este fator solidário e determinante para a vida, razão pela qual se pode compreender uma ética postulada pelo compromisso biopolítico, como aspecto que atualiza o sentido de solidariedade diante do perigo iminente da vida.

Por outro lado, a pandemia desqualifica a vida, torna-a menos humana, com consequências que nos conduz a incertezas no *modus vivendi*, colocando em evidência de debate o indivíduo, a sociedade e o Estado, sob a ditadura do poder absoluto do mercado. Ao mesmo tempo em que ela desequilibra a ignorância humana, destrona dogmatismos de verdade, pondo-nos na dinâmica do cotidiano, que

307. Estudos de Marx e Engels expressaram muito bem essa percepção com as novas formas de opressão, ao compreender a função do Estado, aliado da classe burguesa, que não aboliu os antagonismos das classes, mas “estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas” (Cf. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto comunista. 3. Ed. São Paulo: Paz e Terra. p. 9).

308. Cf. MORIN, Edgar. O método 6: ética. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005. Vide, sobretudo, a primeira parte: o pensamento da ética e a ética do pensamento (p. 19-65).

abraça o compromisso imediato com o outro. A insensatez pode nos distanciarmos deste tempo solidário, sobretudo quando os atos do Estado revelam insensibilidade com o sofrimento das pessoas que perderam seus amigos e familiares.

A pandemia exige que o Estado não se opunha especialmente à ética da responsabilidade, quando seus atos devem estabelecer compromisso com as camadas mais sofridas, aliados a um projeto desumanizador, fortalecendo a dinâmica de segregação, ou de abandono urbano, ou dentro de uma “erosão do Estado do Bem-estar social”, bem como tem salientado Wacquant (2005), em estudos sobre “Os condenados da cidade”, apontando o colapso das instituições públicas³⁰⁹.

Estes atos deveriam reverter a sobreposição das forças empresariais³¹⁰ que as lógicas do sistema capitalista produziram, possíveis de serem identificadas nos pequenos e grandes municípios, deixando à deriva não somente um processo democrático, mas também o sentimento de responsabilidade em relação ao bem comum de um Estado plural, que tem em seus princípios dispor de uma sistema de redistribuição, com o qual deve combater a pobreza absoluta e a eliminação da pobreza relativa, como uma questão de ética, com o imperativo de justiça social para o bem viver na cidade³¹¹.

309. Cf. WACQUANT, Loïc. Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. Tradução de João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

310. O sistema fundiário é um bom exemplo, pois obedece à onipotência do poder econômico capitalista, influenciando os atos do Estado a favorecer a quem tem privilégio econômico. Basta lembrar-se de que este procedimento já era juridicamente aceito na Lei nº 1.070, de 19 de outubro de 1920, assinado pelo então governado do Amazonas Pedro de Alcântara Bacellar. Com efeito, os dispositivos legais passam a serem propriedade do campo econômico exclusivos, para gerenciar interesses individualistas. Nesta perspectiva, o exemplo se segue atualizado nos espaços urbanos, tomando o exemplo as apropriações de terra na área do Tarumã-Açu, que constituem um mosaico de terras divididas entre empresários de vários ramos e famílias particulares (Cf. SANTOS, G. S. Território pluriétnico em construção: a proximia, a *poiesis* e a *praxis* dos indígenas em Manaus. Manaus-AM: Universidade Federal do Amazonas, 2016. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia).

311. Para melhor aprofundamento, vide: ARAÚJO DE OLIVEIRA, Manfredo. Ética, Direito e democracia. São Paulo: Paulos, 2010, p. 167-180. Numa referência aos princípios do direito do estado, ressalta que um governo tem de ser não somente para todos e de todos, mas que deve criar condições para efetivar direitos de determinados grupos, mencionando a necessária contribuição de instituições democráticas para a efetivação de sentimentos de responsabilidade em relação ao bem comum e à defesa dos direitos fundamentais,

As informações, ao compor um discurso provocativo, reclamam por atos de reconhecimento, que passam pelos direitos de os indígenas viverem na cidade, tendo o sujeito destes atos o Estado. Os indígenas, ao comporem um discurso, também, nos propõem colocar os atos do Estado como objeto de análise, ou seja, apresentam-nos o cotidiano da relação deste com os povos indígenas, a relação Estado e etnicidade a partir da política de saúde indígena, em contexto da metrópole. O discurso ora apresentado revela uma relação estreita entre saúde e sociedade, por meio das falas das lideranças e associações indígenas, e enfoca as fragilidades do sistema público de saúde.

O fato é que os agentes sociais, ao descreverem a relação de tensão com o Estado, procuram o reconhecimento da autoestima de si e do autorreconhecimento. Em outras palavras, esta busca se configura numa relação com o Estado, que requer constantemente um conteúdo ético, definido por Cardoso de Oliveira³¹² como interação necessária entre reconhecimento de suas formas identitárias e as condições de cidadania.

São dezenas de dissertações e algumas teses, bem como um considerável número de artigos produzidos sobre indígenas na cidade, com especial atenção aos indígenas em Manaus, que demonstram a nítida separação dos elementos que constituem entre reconhecimento e redistribuição, como aspectos essenciais para uma conceituação de justiça social³¹³, quando o último aspecto é visto pelos indígenas com baixa satisfação, pois implica em dar-lhes condições objetivas dos direitos elementares e de cidadania, especificamente no que tange moradia digna, trabalho, saúde e educação. Aqui está situada uma precípua exigência no papel do Estado – que soa pelas palavras do Representante 7: “esperamos que nossos governantes

que implicam a proteção e garantia dos direitos das minorias. O autor salienta que esta tarefa encontra seu obstáculo no perigo terrível do mau uso do poder na instituição, que além de ter o monopólio da violência (Cf. ARAUJO DE OLIVEIRA, 2010, p. 177-178), pode se distanciar deste sentimento de responsabilidade.

312. CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Antropologia e moralidade: etnicidade e as possibilidades de uma ética planetária. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; OLIVEIRA, Luis R. Cardoso de. Ensaios Antropológicos sobre moral e ética. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 51-72.

313. Para melhor aprofundamento, vide: FRASER, Nancy. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 63, outubro, p. 7-20, 2002.

façam as partes deles” – como princípio de política de redistribuição, consequentemente, de reconhecimento, em favor dos que estão em piores situações, dentro do direito, derivado da dignidade humana³¹⁴

314. ARAÚJO DE OLIVEIRA, ob. cit., p. 180.